

“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay

Flávia Paula Darossi¹

flavia-darossi@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). *Manual do Agricultor Brasileiro*. Carlos Augusto Taunay. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O *Manual do Agricultor Brasileiro* foi escrito pelo francês Carlos Augusto Taunay (1791-1867) no ano de 1829, publicado integralmente no Rio de Janeiro em 1839, com a colaboração da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*²; e com posterior financiamento para segunda edição pelo Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos (do partido Conservador). Integrante da Coleção “Retratos do Brasil” a presente obra foi organizada por Rafael de Bivar Marquese.

O *Manual Agrícola* de Carlos Augusto Taunay compreende um conjunto de 18 capítulos que apresentam uma abrangente análise sobre questões relacionadas à estrutura agrícola do Império do Brasil assim como sugestões acerca da administração e do gerenciamento das unidades rurais escravistas. Dá-se ênfase a três principais temas de latente importância econômica nacional, segundo Taunay: o sistema escravista, a agricultura de exportação e a agricultura de gêneros de consumo interno (ou de primeira necessidade). O *Manual* foi elaborado para o conhecimento dos proprietários rurais com vistas ao desenvolvimento da agricultura nacional e à equiparação do Brasil às potências europeias no que concerne à ampliação dos lucros e rendimentos senhoriais através do melhoramento das

1 Estudante de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica na referida instituição.

2 Fundada em 1825, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* foi uma coligação político-civil de matriz Conservadora com vistas a fortalecer o incipiente Estado Nacional Imperial, no período pós-independência de 1822, estimulando o desenvolvimento e melhoramento da indústria nacional, agrícola e/ou fabril; através, principalmente, de publicações no jornal mensal “*O Auxiliador da Indústria Nacional*”.



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

técnicas de trabalho na indústria agrícola. A metodologia do presente compêndio comporta uma base empírica de pesquisa, haja vista que, em 1820, Taunay pede exoneração do posto de Major no exército brasileiro e passa a administrar a propriedade rural da família, na Barra da Tijuca, com a produção de café e o emprego de mão-de-obra escrava.

Numa análise de comparação entre as potencialidades naturais do território brasileiro (com uma ufanista ênfase ao clima, a qualidade dos terrenos, a diversidade de cultivo de culturas agrícolas, a posição geográfica estratégica para a comunicação com outros continentes e às relações comerciais favoráveis ao crescimento industrial) e a realidade de demasiado “e vergonhoso atrasamento e primitivismo” que apresentava a indústria nacional do recém-instituído Império, segundo Taunay, far-se-ia necessária uma reforma nos setores econômico e industrial através do poder público e seus legisladores. Dever-se-ia priorizar a abertura de estradas do litoral aos mais longínquos rincões do interior do Império, a criação de cadeiras de Agricultura, a distribuição de livros de instrução sobre métodos e variedades de culturas etc. O primeiro capítulo do *Manual* trata da escolha dos gêneros agrícolas apropriados para a produção monocultora e pomicultora e dos tipos de solos adequados (massapê, barro e areia). O objetivo de Taunay com o presente *Manual* era preencher a lacuna de ausência de uma racionalidade acerca do próprio labor dos proprietários rurais senhores de engenho e grandes produtores (de café, principalmente), para o gerenciamento adequado e potencialmente mais produtivo tanto de suas terras quanto da administração do trabalho escravo, regulando a vida econômica da nova nação a partir do eixo comércio agroexportador e tráfico negreiro. Segundo Alfredo Bosi³, “as práticas [...] são o fermento das ideias na medida em que estas visam *racionalizar* aspirações nos seus produtores [...]. A ideologia compõe retoricamente [...] certas motivações de particulares e as dá como necessidades gerais”⁴. Neste sentido, a problemática do *Manual* encontra-se na antinomia do caráter liberal e a manutenção do sistema escravocrata idealizado pela classe política dominante brasileira que se impôs a partir do movimento da Independência, haja vista os *patriotas ou liberais históricos* (desde o ano de 1808 com a abertura dos portos nacionais às nações estrangeiras);

3 BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois Liberalismos”. In: *Dialética da colonização*. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.04-39.

4 Idem, p 04.



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

imbuído de um ideário conservador de construção do Brasil, a partir de um complexo de valores e normas jurídico-políticas de um “liberalismo” funcional que tendia a garantir os direitos individuais dos senhores e a propriedade fundiária, a manutenção da escravidão, da grande produção e o modelo agroexportador. A ascensão dos grupos escravistas liberal-conservadores ao centro do poder no período pós-1822 convergiu para autonomia relativa das províncias frente ao Governo Imperial e ao liberalismo intra-oligárquico. Taunay afirma na Introdução que o principal problema a ser sanado pelos proprietários rurais era a administração do trabalho escravo. Faz-se necessário ressaltar que no período histórico em que o autor escreve o livro, a Inglaterra era o principal parceiro comercial do Império do Brasil e fazia constantes pressões diplomáticas acerca do fim do tráfico de escravos no Atlântico (tratado anglo-brasileiro de 1826 e a Lei Anti-tráfico de 1831 assim como o próprio Código Criminal, que previa a moderação nos castigos aos cativos) e da abolição do sistema escravocrata no Império.

Na intenção de sanar as contradições presentes no ideário da classe de proprietários da qual fazia parte, Carlos Augusto Taunay apresenta uma abordagem inédita sobre a administração do trabalho escravo na literatura agrônômica brasileira do século XIX. Nos primeiros capítulos (respectivamente 02, 03 e 04), ele promove uma investigação sobre a estrutura escravocrata no Império e propõe a normatização da administração do trabalho cativo a partir de princípios racionais de disciplina e coerção. Taunay parte da premissa que o emprego do trabalho compulsório africano é uma “violação do direito natural” dos homens e da religião, porém, o justifica afirmando o peso da tradição e o enraizamento de tal prática construída simultânea e intrinsecamente à própria formação do Estado Nacional que, interdependente no presente momento, tornar-se-ia impossível a desmantelamento. Ademais, a partir de um discurso paternalista, Taunay justifica que a escravidão da população comprada na Costa da África, era na verdade um resgate destes negros de seus antigos donos tiranos. Tendo como pressuposto a inferioridade física e intelectual da raça africana, o autor compara um escravo adulto a uma criança branca e, neste sentido, a escravidão destes seria um “fardo” para os senhores brasileiros, que deveriam tirar as melhores vantagens desta circunstância já solidificada na sociedade. O modelo paternalista comportaria, em tese, melhoria nas



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

vestimentas da escravaria, no estado sanitário das senzalas, direção religiosa etc., paralelo a um rigoroso sistema de disciplina e coerção pelo medo da aplicação de castigos físicos, garantindo a segurança pública e, principalmente, privada dos reconhecidamente cidadãos do Império. A proposta para territorializar a reprodução de famílias de escravos e estimular o crescimento natural dos mesmos, explica-se pela ameaça concreta do fim do tráfico Atlântico pela filantropia inglesa desde 1826, e pela consolidação da ordem nacional e a minimização de possíveis revoltas como a de São Domingos, mais propensas a serem incitadas por escravos recém-chegados.

O *Manual do Agricultor Brasileiro*, do capítulo nº05 ao nº18, trata de questões genuinamente agrícolas, a exemplo da diversificação dos gêneros do modelo agroexportador e da grande lavoura (açúcar, café, algodão e fumo) e o incremento e desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade (mantimentos para o consumo interno do Império); também trata do melhoramento técnico da agricultura e a adoção e multiplicação de instrumentos como o arado e a técnica do plantio de café em curvas de nível. Ademais, Taunay discorre sobre a importância da produção variada de alimentos nas próprias unidades escravistas para sanar as necessidades de seus cativos, sem ter de comprar e dispende de parte de seus lucros para tal fim; afirmou a importância da diversificação para a dinamização da economia nacional, usufruindo da natural abundância e qualidade fértil que o território do Brasil foi contemplado. O *Manual* conclui tratando da importância dos “cursos agrônômicos em fazendas-modelos” como arquétipo de educação agrícola destinado aos filhos de senhores de terras e engenhos (em contraposição à demasiada valorização dos cursos jurídicos), a partir de publicações de trabalhos acerca do que o autor chama de “ciência e desenvolvimento da agricultura”.

Num exercício de análise entrelinhas, a leitura do *Manual* nos permite proceder a uma descrição do meio social do autor e a diferentes concepções de sociedade propostas a partir da veiculação de ideias e saberes científicos pela elite de proprietários nacional (durante a vigência do século XIX, esta foi a classe que articulou os rumos da nova ordem nacional). O texto e a disposição dos capítulos discorrem conforme a inteligibilidade do autor acerca da relação de importância do sistema escravista, dos modelos agroexportador e diversificação de



“O Brasil é destinado a servir de empório a todos os povos”: o modelo de agricultura escravista proposto por Carlos Augusto Taunay – Flávia Paula Darossi

culturas para consumo interno, com vistas à dinamização das relações comerciais e a manutenção imprescindível do braço cativo no processo econômico. Ademais, ao tratar da posição da agricultura na economia do Império, Carlos Augusto Taunay contribuiu imprescindivelmente para a elaboração de uma incipiente ciência agrícola nacional, assim como da literatura acerca da racionalidade da gestão escravista no Brasil Império.

Recebido em 01 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 03 de julho de 2015

